TECNOLOGIA // NORDESTE

Conferência vai debater benefícios da tecnologia nuclear para a inclusão social

Publicado em 03.11.2013, às 14h25



O Nordeste brasileiro vai sediar, pela primeira vez, uma Conferência Nuclear Internacional do Atlântico (Inac), organizada pela Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben), cujo tema central são os benefícios da tecnologia nuclear para a inclusão social. "Ou seja, para o desenvolvimento sustentável", disse neste domingo (3) à Agência Brasil o coordenador-geral do Inac e diretor da Aben, Edson Kuramoto. Medicina nuclear, melhoria da produção agrícola e do processo industrial nos setores mecânico, elétrico e de petróleo, entre outros, além do controle e monitoramento da poluição do meio ambiente, de rios e lagos são algumas aplicações da tecnologia nuclear que serão discutidas.

Edson Kuramoto disse haver um movimento de retomada da construção de usinas nucleares no mundo. "A Inglaterra, há duas semanas, assinou um contrato de construção de duas usinas nucleares com a (empresa francesa) EDF, e eles têm um programa de energia nuclear cujo objetivo é investir 60 bilhões de libras até 2030". Segundo o diretor da Aben, outros países, como a França, Finlândia, Turquia, Índia, Rússia, China e os Estados Unidos estão construindo novas usinas nucleares. Hoje mais de 60 unidades se encontram em construção em todo o mundo.

"Isso mostra que a expansão da capacidade instalada no mundo está crescendo em um ritmo que era previsto pela Agência Internacional de Energia Nuclear (Aiea)". Segundo Kuramoto, a lição aprendida com o acidente na Usina Nuclear de Fukushima, no Japão, em março de 2011, provocado por um terremoto seguido de tsunami (ondas gigantes), contribuiu para que fossem feitos aperfeiçoamentos e melhorias nos sistemas de segurança das usinas em operação, que serão aplicados nas futuras construções.

No Brasil, a geração nuclear tem uma participação pequena na matriz energética, 2,9% do total. O Plano Nacional de Energia 2030, que está sendo revisado pela Empresa de Pesquisa Energética, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, prevê a construção de quatro a oito novos reatores. Além de ser uma energia limpa, na medida em que não emite gases de efeito estufa, Kuramoto defendeu maior participação da energia nuclear no conjunto da matriz energética brasileira. "Temos que ter uma matriz [energética] composta por todas as fontes disponíveis".

A composição diversificada, que inclua a geração hidrelétrica, térmica, além de fontes renováveis, como a eólica (dos ventos) e a solar, é necessária para evitar um apagão de energia como o ocorrido em 2001, "quando o Brasil dependia de mais de 90% da energia hidráulica e a escassez de chuvas levou os reservatórios a apresentarem o mais baixo nível histórico, diante de uma demanda crescente".

Edson Kuramoto disse que um dos assuntos mais aguardados para debate no Inac é a construção do Reator Multipropósito Brasileiro, para produção de radioisótopos, que dará ao país a autossuficiência na produção de radiofármacos. "O Brasil dependia 100% da importação da sua demanda de molibidênio 99, que é utilizado na produção de radiofármacos. Há dois ou três anos, a gente teve uma crise, porque os reatores que produziam o molibidênio 99, no Canadá, ficaram mais de um ano parados. Nesse período, o Brasil ficou sem esse radiofármaco para o diagnóstico e tratamento de câncer. Milhares de pessoas foram prejudicadas com isso no Brasil", comentou. Mais de 3 milhões de procedimentos médicos na medicina nuclear utilizam radiofármacos.

Considerado um dos maiores eventos do setor na América Latina, a conferência bianual reunirá pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Ela ocorrerá de 24 a 29 deste mês, no Centro de Convenções de Pernambuco, no Recife. No evento anterior, promovido em Belo Horizonte, em 2011, foram apresentados 900 trabalhos científicos. "O Brasil, no setor, é privilegiado", disse Kuramoto. O país conta cinco institutos de pesquisa especializados em tecnologia nuclear, localizados nos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco.

Fonte: Agência Estado